

PESSOA HUMANA E MORAL SOCIAL

1 – O PROBLEMA

1.1. O homem vive a aurora do III^o milênio da era cristã, defronta-se com os últimos raios desse velho dia de mil anos. Chega a tal momento sabedor da singularidade do seu mundo, sabendo necessário entender os aspectos que clarificam o seu modo de ser. Miguel Reale nos ajudou a entender onde se formula o sentido e a objetividade que deixa ver o modo humano de ser, ele ocorre na esfera moral. Mais precisamente *mantém-se inseparável do espírito que a constitui e vai constituindo através da história, graças ao poder nomotético¹ relacionante e sintetizador inerente à consciência humana* (Reale, 1977. p. 91). A unificação proposta tem caráter ideal, na ótica fatural a história anda aos saltos. O que isso significa? Parece que se trata de quebras ou descontinuidade.

1.2. Michel Foucault (1926-1984) nos falou de quebras na continuidade do processo histórico. Elas deixam expostas um pensamento que se fragmenta e articula sob as inovadoras *teorias científicas ou de interpretação filosófica*. (Foucault, 1966. p. 11). O homem nunca foi matematicamente previsível, sua singularidade está na ausência de contornos bem definidos, na liberdade de escolher que o orienta na história a gravitar em torno de projetos ou valores diversos, marca das civilizações que criou. O que de mais importante move o homem é o compromisso ético.

1. O sentido é aqui o mesmo que o dado por Kant, a saber, o juízo que fornece máxima para a unificação das leis naturais.

1.3. Adotamos de Reale o entendimento de que o caráter ideal da cultura se formula na esfera moral. Cabe agora precisar o que entendemos por moral. Por moral compreendemos o conjunto de normas aceitas e adotadas por uma comunidade. A ética é a reflexão organizada sobre um tal conjunto. Na intimidade das consciências a moral toma a forma de imperatividade, isto é, o cumprimento às máximas não se vincula a quaisquer conseqüências. Quando assim ocorre ela não comporta negociação, nem se indaga sobre os resultados. No entanto, também podemos nos referir à moral como um comportamento mínimo exigido de todos os membros de uma comunidade e aí falamos de moral social. Conforme já tivemos oportunidade de mostrar não parece haver simetria perfeita entre ambas (Cf. Carvalho, 1995).

1.4. Muitos são os problemas do homem de hoje. Não nos parece que possamos avançar na solução deles sem considerar a importância de constituir uma moral social consensual e laica ², ampla o bastante para orientar a conduta do homem em grupo e propiciar o convívio pacífico entre os povos. No centro das dificuldades de nossos dias está a urgência de pensarmos a dignidade e os valores do homem. Com enorme significado essa problemática emerge do vazio promovido pelas teorias de explicação global, trazidas pelos esquemas do espaço cibernético. A tecnologia e a ciência melhoraram muito as condições gerais da vida, mas paradoxalmente vemos crescer os conflitos humanos, a intolerância, os sinais de desrespeito ao homem e aos outros seres vivos.

1.5. A moral social considera as regras de convivência, ocupando-se dos princípios que devem existir para tornar possível o convívio entre os povos ou os membros de uma sociedade. Entendemos que ela deva nascer da negociação, o que é cada vez mais necessário em virtude da complexidade assumida pela vida social. Existe, pois, um hiato entre a moral individual e coletiva. Nem tudo a que um indivíduo se obriga pode ser necessariamente imposto a

2. A moral social pode nascer pela imposição de um grupo sobre toda a sociedade. Ordinariamente tal grupo assim procede invocando da autoridade religiosa. A moral social pode, contudo, originar-se da negociação de múltiplos interesses, caso em que a denominamos de consensual. Essa última forma desenvolveu-se entre os moralistas ingleses do século XVII.

todo o grupo que ele integra. As normas coletivas não são a soma dos princípios assumidos pelo indivíduo. Por outro lado, muito do que é imposto ao grupo é resultado apenas de interesse estratégico. Quais os principais desafios da moral social nessa circunstância?

2. LIÇÕES DE NOSSO TEMPO E A MORAL SOCIAL

2.1. Uma das principais distinções nascidas na esteira do neokantismo foi a superação do saber que se edifica sobre a natureza daquele que considera o mundo da cultura. Esse último é o universo do Homem e é dele que falaremos a seguir. O homem é um sujeito de possibilidades, mas esse espaço de alternativas implica uma noção de valor. Viver é uma aventura, uma construção permanente e contínua de existência singular, mas esse projeto é orientado pelo dever-ser, conforme já afirmamos. O dever ser é a expressão ideal do possível normativo que a consciência impõe, estando, portanto, no âmbito individual.

2.2 A nossa época colocou-se a questão da multiplicidade de convicções ou comportamentos éticos assentados na subjetividade ou na individualidade. A validade das normas, a correção normativa e a força imperativa não podem se fazer nem à margem do indivíduo nem das comunidades humanas. A pluralidade exige repensar a virtude da tolerância, estimulando o convívio de pessoas movidas por projetos distintos. Hoje em dia ser tolerante é mais que aguardar que o outro alcance a verdade da qual temos posse, como falava Agostinho de Hipona (354-450). Trata-se, então, de entabular um diálogo em busca dessa norma. É preciso conceber alternativas de convivência entre homens distintos, mas também entre povos diferentes, guiados que são por esquemas que orientam sua compreensão do real. Significará isso um relativismo ou a impossibilidade de estabelecer princípios normativos universais de conduta? O pluralismo desemboca inevitavelmente no ceticismo ético? Acabam-se perdendo, desse modo, as referências estáveis? Eis alguns desafios prementes da ética contemporânea. Immanuel Kant (1724-1804) nos deixou uma indicação ao revelar que o problema não é aprender o universal, mas aplicá-lo ao particular.

2.3. Hoje a reflexão sobre a moral social passou a ser estimulada independente dos sistemas. Esse privilégio da dúvida como fundamento da filosofia propicia uma idéia toda própria acêrca da sua perenidade. Antônio Paim insiste que nosso século *dá ênfase aos problemas* (1984. p. 9) e não aos sistemas, acompanhando, segundo ele, a sugestão de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831). Reside nisso a universalidade da filosofia.

2.4. O pluralismo e a existência de projetos distintos nos colocam a exigência de reconstruir as bases da moral social. O problema da relação entre os homens não se resolve mais pelo apelo transcendente. O outro precisa ser incorporado ao processo como agente responsável, ou como intuiu Levinas, o outro é mais que *colaborador e vizinho de nossa obra cultural* (1993. p.57). A incorporação do outro ao conceito de indivíduo é que projeta na consciência a idéia de pessoa e aviva, por consequência, a possibilidade do convívio plural, apontando um caminho para a ética como normativa da conduta. A presença do outro é a chave para a edificação da moral social. O respeito à dignidade e liberdade humanas deve sustentar a moral social consensual. Cabe ao homem de fé viver as regras coletivas iluminando-as com sua religião.

2.5. A moral, enquanto regra que ordena o cumprimento de certos princípios, é ponto de partida para a reflexão, segundo já indicamos. Então a moral social é um capítulo da eticidade da cultura, pois todo bem cultural é resultado de uma relação entre homens. Eis a razão pela qual o pacto ganha um caráter comunitário, porque é produto da consciência intencional de homens livres e também o motivo pelo qual a democracia precisa atualmente comportar um sentido ético.

2.6. O que significa entender o indivíduo humano como uma pessoa. Para nós é reconhecer-lhe a dignidade enunciada na magistral lição de Kant segundo a qual *nenhum homem pode ser, para o outro, apenas meio, cada homem é um fim em si mesmo* (Jaspers, 1993. p. 54). Significa entender que nossa cultura elaborou um conceito geral de pessoa, isto é, o homem é um ser inacabado ou finito, mas em permanente ultrapassar-se, ou melhor, um projeto em execução. O sujeito que se reconhece e vive um projeto há de

ser respeitado por ele mesmo (intangibilidade da pessoa), possui direito à vida e a gozar de modo concreto dos bens úteis necessários a sua existência. Esses elementos constituem um núcleo, a ele Miguel Reale denominou invariante axiológica. A dignidade do homem é reconhecida nesse núcleo e não sem qualquer eixo fixo como parece haver pretendido Emile Durkheim (1858-1917). Essa idéia de pessoa deve presidir a criação de uma moral negociada.

2.7. Qual a importância desse núcleo para a edificação de uma moral social consensual? A realização da existência em devir implica um componente moral. O futuro guarda uma intenção ética. O que se projeta, ou o que se pactua, não pode contraditar esse núcleo moral ou mínimo axiológico. Portanto, tem razão Miguel Reale ao referir-se a esse processo como um desdobramento *ser-dever ser* (Reale, 1989. p. 247) cuidando para deixar essa tensão fora do âmbito metafísico. Herança magistral de José Ortega Y Gasset (1883-1955) que aproximou a função transcendental de criticismo da espessura concreta da existência. Assim é, na esfera dessa ontologia contemporânea, que se reaviva o desafio permanente de desvendar o ser do homem e apontar novos valores. Também é nela que a idéia de pessoa se constroa na interação e inter-posição dos projetos. A pessoa se faz na interação. As nações se consolidam na convivência. A negociação para ser legítima não pode se fazer sem considerar a inalienável dignidade humana.

2.8. A moral social não deve ser construída fora de uma sociedade livre, numa tal em que as pessoas possam concreta e soberanamente exprimir suas opiniões. Naturalmente nos referimos ao valor da liberdade de expressão associada ao comprometimento ético de respeito ao outro e de compromisso com a verdade. Nenhum benefício advirá de diálogo entre posições contrárias se os debatedores não se respeitarem, sem reconhecerem os argumentos um do outro. A sociedade plural não pode abdicar de viver a tolerância. Há, pois, uma inevitável vinculação entre a prática da liberdade política e o comprometimento moral, sem que isso signifique qualquer tipo de apelo a fundamentos metafísicos. Existe um limite nesse processo, muito do que o homem faz ou planeja realizar fundamenta-se em escolhas e proposições não-rationais. Eis a razão pela qual, às vezes, desvia-se de roteiros e afasta-se dos deveres.

2.9. A pessoa é a realização de um projeto. A concretização desse plano comporta uma moral social. Do mesmo modo que o filósofo cria, o discípulo nunca repete o mestre porque tem preocupações diversas dele, cada pessoa decide o que fará da sua vida. Ortega Y Gasset afirmava que *ninguém pode substituir-me na faina de me decidir, de decidir a minha vida* (Gasset, 1989, p. 33). A elaboração de um projeto guarda profundo vínculo com a temporalidade, com o que somos, com o que decidimos agora ser e com onde queremos chegar. O que somos é a nossa circunstância, nossos limites estão aí, o que decidimos é a efetivação concreta de nossa particularidade e o onde queremos chegar é o ideal que sempre traz um compromisso ético e uma esperança de liberdade. Esse comprometimento deve-se ou a realização de um ato que envolve alguém, possuindo assim dimensão social, ou pelo menos obriga o sujeito a um melhor exame de si mesmo. Nessas ocasiões o outro torna-se, por exigência da humanidade do homem, uma referência obrigatória. O outro deve estar presente na elaboração das regras de convivência.

2.10. A tradição kantiana e o existencialismo nos apresentaram a história como categoria fundamental para o entendimento do homem, substituíram a noção de natureza, apesar dos protestos de Ferreira dos Santos (1959). Wilhelm Dilthey (1833-1911) e Ortega y Gasset realçaram o valor da vida cultural do homem. A vida está em processo, assim como o próprio homem e o universo que criou estão em continua mudança. O mundo do homem, em que pese essa condição processual e até certo ponto fragmentária, não precisa de fundamentos metafísicos para possuir firmeza moral. A imperatividade ética encontra sustento na dignidade presente na vida humana. Resguardada tal imperatividade, a vida e a própria existência são para o homem um enigma a compreender. Estamos tentando mostrar que a fragilidade ôntica do homem não sustenta o relativismo ético, como também não implica em ceticismo.

3. DESAFIOS DA SOCIAL NO MILÊNIO QUE SE AVIZINHA

3.1. Olhar para o futuro próximo e identificar problemas não precisa ser um exercício de adivinhação. Pode significar trazer para

o espaço da filosofia dificuldades que se vislumbram nesse final de século ainda marcado por assassinatos de líderes pacifistas, guerras étnicas, defesa violenta de princípios mal concebidos e fundamentados. Violento é o homem, enorme é a importância da moral. A falta de esforço para criar uma moral social servirá apenas para fortalecer o fanatismo religioso ou político de hoje que se anuncia substituto dos militantes extremistas de algumas décadas e das guerras santas de alguns séculos.

3.2. Avolumam-se os códigos setoriais de conduta como instrumentos de uma moral social. A ética dos médicos, dos advogados, dos jornalistas multiplicam as normas de ação antes veiculadas em caráter geral. Esse é um fenômeno novo, mesmo para as sociedades acostumadas a conviver com a multiplicidade dos códigos. O que há de mais original em nosso tempo é que esses códigos setoriais não são aceitos sem discussão. Assim, não são apenas as culturas nacionais ou ciclos civilizatórios que comportam diversidade, uma mesma cultura confere focos distintos aos valores. Cresce o desafio de impedir que essa diversidade e o pluralismo *não conduzam à experiência dolorosa da confrontação humana*. (Araújo, 1994. p. 131) Urge cuidar para que grupos organizados não obtenham vantagens especiais no seio da coletividade, cujas regras não podem se afastar de um propósito geral de justiça. O mesmo se diga das relações entre os povos. A injustiça e a intolerância alimentam o ódio e o confronto intra e internacionais, que são os inimigos primeiros da moral social. O importante no caso desses códigos setoriais é que não se contraponham à idéia de pessoa, nela se mirem e se fundamentem. Há um limite para esses códigos setoriais que é o de ajudar a operacionalizar o propósito kantiano de reconhecer em cada situação concreta a imperatividade da máxima basilar da ética transcendental, mesmo não sendo elaborados dedutivamente dela.

3.3. A moral social nascida do consenso estimula a tolerância e a convivência pacífica. Em nossa época de paradigmas globais e texto cibernético, o outro não é apenas o meu vizinho de rua, ou o habitante de cidades próximas. Os interesses comportam uma diversidade permeada pela consolidação de povos distintos e a tolerância precisa assumir dimensões mais amplas favorecendo a

convivência de nações diferentes. A moral social, diante do desafio para construir uma paz universal, estabelece como ideal no relacionamento entre nações: a) o estímulo à solução pacífica para as diferenças regionais e problemas de fronteira; b) o reconhecimento internacional da posse de reservas estratégicas dos recursos naturais dos povos de modo a não estimular a cobiça; c) direito de solo a grupos étnicos bem identificados e organizados como os palestinos, tchechenos, tamuls, bósnios; d) repúdio às tentativas de expansão territorial de povos mais numerosos; e) estímulo à convivência pacífica entre grupos diferentes que integram as mesmas nações; f) respeito aos valores e identidades nacionais de modo a desestimular qualquer tentativa de dominação cultural ou ideológica de um povo; g) incentivo às buscas de soluções democráticas para fundamentar a soberania; h) vinculação do esforço democrático ao respeito pelo homem; i) preponderância da justiça sobre os interesses imediatos dos povos garantida por tribunais internacionais; j) repúdio global às ideologias expansionistas de fundo religioso; l) garantias de sobrevivência às nações primitivas que habitam territórios de Estados modernos, como é o caso dos ameríndios.

3.4. A moral social ancorada, no respeito aos homens, corre paralela ao cuidado necessário para com o precário equilíbrio da natureza. A ciência moderna, em que pese seus inúmeros benefícios, evoluiu como instrumento *de dominação da natureza... instaurou uma organização administrativa e institucional que desumaniza o homem* (Pizzi, 1994. p. 16). A filosofia moderna nos permitiu formular um entendimento da experiência capaz de superar a ilusão de se conceber um conceito englobante de toda realidade. Hoje soa inútil o esforço de autores como Sampaio Bruno (1875-1915), que pretenderam recompor a unidade perdida, pois a ciência não é uma via de acesso à metafísica, nem a filosofia capaz de identificar alterações no real mesmo. Destinado também ao fracasso está o propósito daqueles que pretenderam fazer da ciência o preâmbulo da religião, acreditando poder justificar o caráter inexorável da progressiva sucessão de períodos no aperfeiçoamento humano. Pedro Amorim Viana (1822-1901) julgou que em tal caminho *o mal não tem consistência ôntica substantiva, mas é um outro nome que se dá à essencial privação de todos os finitos* (Soveral,

1994. p. 45). Mesmo sem conseguir identificar qualquer alteração no real mesmo, as teorias da experiência de nossos dias permitem pensar as coisas segundo categorias bem definidas e reagir e agir em função do que é experienciado. Ficamos, pois, no limite restrito ao poder nomotético do espírito que, como já mencionamos, é uma *nova compreensão das leis naturais no domínio da atual filosofia da ciência* (Reale, 1990. p. 26) sem qualquer concessão ao realismo. É nesse domínio cognitivo que entendemos se colocarem as preocupações relacionadas com o universo dos entes vivos.

3.5 A preocupação com a vida é uma questão essencial de nossos dias e os seus temas devem merecer um exame amplo. O afunilamento dessa questão tem deslocado a atenção para os assuntos restritos da biotecnologia, tal como aparecem nos trabalhos de Jacques Testart (1994-1995). Cremos que os problemas fundamentais da bio-ética não se resumem a saber se a criança nascida de um gameta melhorado é filha do pai estéril que forneceu o espermatozóide, se o embrião será normal, se é bom tudo aquilo que puder ser cientificamente manipulado ou se é aceitável os riscos inerentes a ICSI, *Intracytoplasmic Sperm Injection*. Os problemas da vida não se afunilam em especulações em torno de um banco de esperma, por mais que essas questões tenham capacidade de mobilizar os estudiosos da bio-ética. O fundamental é que a bio-ética oriente a preocupação para as circunstâncias concretas de modo a tratar todos os homens com consideração. Para que precisamos de clones? No caso de se clonar seres humanos como garantir a dignidade de todos? Essas são as questões cruciais. A bio-ética precisa também ocupar-se do respeito às diferentes espécies. Esse compromisso com a bio-diversidade deve constituir o seu núcleo fundamental. O desejável em bio-ética é o conjunto de ações capazes de manter as condições de vida do homem, inevitavelmente vinculada, como nos revelou o próprio saber científico, ao ambiente natural que o envolve. Esse compromisso inclui o cuidado com as gerações futuras que habitarão a terra. É no bojo dessa problemática que as questões acima enumeradas ganham consequência e ajudam a adensar a consciência do inevitável compromisso do homem com a natureza viva. Eis aí a base da vinculação entre a ética da vida à ética social.

3.6. A moral social consensual precisa também considerar as novas relações que o homem tem com as máquinas. As tecnologias modernas cercaram o homem de objetos, muitos dos quais se tornaram seus braços e pernas. A vida social está povoada desses objetos que integram os novos modos de relação humana: os veículos, os computadores em especial são alguns desses objetos que estão revolucionando o convívio humano. As novas tecnologias, tomadas em conjunto, tanto trazem conforto quanto escondem a face humana dos seus usuários. Nesse domínio cultural onde a técnica tornou-se uma quase extensão do homem, onde as crenças são povoadas de explicações cibernéticas, o indivíduo humano não pode ser tornar uma peça do sistema. Se o for torna-se removível, substituível, dispensável. A moral social está aí a chamar atenção aos navegadores do ciber-espaço, lembrando-lhes que os pontos de contato são pessoas humanas. O encontro precisa ser permeado por regras claras de respeito à privacidade, a troca de informações marcada pelo desejo sincero de prestar ajuda. Os contatos através das máquinas devem favorecer o diálogo, possibilitar a ampliação dos limites sensoriais, jamais tornar-se um impeditivo para vivência de uma finitude de onde brota a grandeza humana.

3.7. O estado moderno tornou-se a face hodierna dos grupos humanos. Suas regras sociais ultrapassam os propósitos da moral, bem como seus limites. Bobbio nos precisou a diferença entre a ética e a política. *O universo da moral, ele disse, e o da política se movem no âmbito de dois sistemas éticos diversos e até contrários. Mais do que de imoralidade da política ou impoliticidade da moral dever-se-ia falar, ..., de dois universos éticos.* (1984, p. 17) No início da modernidade essa consciência da condição da política provocou uma crise. Aos poucos deu-se o entendimento da singularidade desse campo. Contudo, se a política é o espaço social de princípios coletivos além dos morais, choca ao homem de nossos dias o fato de que a organização política está fomentando nos políticos comportamentos que não estão à margem da ética, mas se voltam contra ela. Nesse sentido, sobretudo os homens de estado, têm sido francamente questionados, pois não se admite que cobrem do cidadão comum respeito às normas objetivas enquanto eles próprios não as cumprem. Assim vai ficando claro que a autorização para transcender os limites éticos, ou melhor, entender a política

como ética do grupo ou razão de estado é uma concessão social aos institutos coletivos, jamais a permissão para que seus dirigentes se beneficiem dela para atendimento de interesses próprios ou de grupos minoritários. Eis os males principais a se enfrentar. Por um lado a burocracia, de racionalidade do Estado, degenerou-se em gigantesco mecanismo que alimenta a si própria, deixando de lado o cidadão ou homem comum, cada vez mais desencantado com a dignidade que sabe possuir, mas que vê permanentemente desrespeitada. O sujeito fica exposto ao mecanismo burocrático que não serve para criar a imparcialidade como deveria, mas para tornar sem rosto uma rotina pesada, exagerada e sem qualquer razão de ser além dela própria. É pois da maior relevância a racionalização de práticas capazes de preservar o fundamento moral expresso no imperativo categórico.

3.8 Considerando-se a importância do Estado como agente disciplinador da vida coletiva, a simplificação das exigências que impõe ao cidadão está correlacionada à sua capacidade de abrir novos caminhos à liberdade. Além da burocracia desnecessária o outro mal que alcança os dirigentes dos estados é a corrupção. Torna-se inaceitável, ao cidadão comum, que os governantes se beneficiem do cargo que transitoriamente ocupam para receber pagamentos irregulares, ou ainda que dele se sirvam para beneficiar grupos minoritários. Há o desejo de se explicitar os interesses sociais a fim de romper essa dupla praga que tomou conta do Estado Nacional e constituir outra forma de relacionamento social que permita a realização das necessidades e dos interesses de todos. Os episódios recentes no Brasil, Espanha, Coréia, Japão mostram como se reduziu a confiança nos políticos provocando, por consequência, uma fragmentação na coesão do Estado (Cf. Elorza, 1995). Sendo a política um espaço próprio da ordem social nada justifica que se torne um espaço de ação contra a moral, antes se pede que favoreça a participação e forneça os meios de participação do cidadão. Cobrar-se do dirigente e do funcionário uma conduta moral, ainda que se garanta à instituição estado um espaço próprio de atuação. Como se pode construir a racionalidade do estado e determinar os seus limites? Não nos parece que se possa fazê-lo sem uma negociação coletiva.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Luis. A democracia e o relativismo axiológico. In: *Revista da Faculdade de Letras*. Série Filosofia, Universidade do Porto. 2. série, n. 11, 1994. p. 131-138.
- BOBBIO, Norberto. O significado da política. In: *Curso de introdução à ciência política*. – 2. ed. – Brasília: UnB, 1984.
- CARVALHO, José Mauricio de. *Caminhos da moral moderna; a experiência luso-brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.
- ELORZA, Antônio. *El país*. 17 de outubro de 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Les Mots et les Choses*. Paris: Gallimard, 1966.
- JASPERS, Karl. *Introdução ao pensamento filosófico* São Paulo: Cutrix, 1993.
- KLARE, Michel T. *Peace and World Security Studies*. London: Lynne Rienner, 1994.
- KUHN, Thomas S. *La structure des revolutions scientifiques*. Paris: Flammarion, 1983.
- LEVINAS, Emmanuel. *Humanismo do outro homem* Petrópolis, Vozes, 1993.
- PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. – 3. ed. rev. e aum. – São Paulo: Convívio; Brasília: INL, 1984.
– *Modelos éticos: introdução ao estudo da moral*. São Paulo: IBRASA; Curitiba: Champagnat, 1992.
- PIZZI, Jovino. *Ética do discurso: a racionalidade ético-comunicativa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.
- REALE, Miguel. *Introdução à filosofia*. São Paulo: Saraiva, 1989.
– *Expérience et Culture*. Bourdeaux: Biere, 1990. Originalmente publicado em São Paulo: EDUSP, 1977.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. *Filosofias da afirmação e da negação*. São Paulo: Logos, 1959.
- SOVERAL, Eduardo Abranches de. Modernidade e Contemporaneidade. In: *Revista da Faculdade de Letras*. Série Filosofia, Universidade do Porto. 2. série, n. 11, 1994. p. 5-70.
- TESTART, Jacques. *Le Désir du génie*. Paris: Flammarion, 1994.
– *Des grenouilles et des hommes; conversation avec Jean Rostand*. Paris: Stock, 1995.

Prof. Dr. José Mauricio de Carvalho
Depto. das Filosofias e Métodos/FUNREI – Brasil